

#### ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE VIÇOSA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: LUIZ CLÁUDIO DOS SANTOS VIANA



Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012 Data da instalação: 5-2-2013 Data de implantação do PJe: 5-2-2013

**Jurisdição**: Viçosa, Cajuri, Canaã, Coimbra, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, São Miguel do Anta e Teixeiras.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 21-5-2019, p. 4.



### ATA DE CORREIÇÃO

Às 13h10min do dia dezessete de junho de 2019, o Excelentíssimo Desembargador Dr. Rogério Valle Ferreira, Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Viçosa, situada na Rua Dr. Milton Banceira, 380 – 2° andar, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. Luiz Cláudio dos Santos Viana; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Rita Marigo Ornellas; pelos servidores Alcides Alves de Souza, Fernanda Torres Martos, Fernando Nunes Ribeiro, Helizeti Gonçalves Ramos, Leonardo Alexandre Campos, Lucianno Dias Paes Marlière, Maria Olímpia Calian Gonçalves, Taís Melo e Silva e Tiago Hallack Loures.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- **1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 170 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 14-6-2019, apurando-se a média de 1,7 processos por dia útil.
- **1.2.** CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 31 cartas precatórias até o dia 14-6-2019, das quais 21 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- **1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** A Vara expediu 12 cartas precatórias até o dia 14-6-2019, das quais 12 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.
- **1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** Existe o registro de 126 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 30 processos foram remetidos até o dia 14-6-2019.
- 1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 6 autos de processos com carga, todos no prazo legal.
- 1.6. CARGA PARA ADVOGADOS Não há carga em processo físico.
- 1.7. CARGA PARA PERITOS Não há processo físico com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 11 processos com perícia designada e 11 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.



- 1.8. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 3 mandados expedidos em processos físicos e 396 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais nenhum pendente de cumprimento em processos físicos e 20 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.
- 1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS Não há processo com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais.
- **1.10. PROCESSOS ADIADOS** *SINE DIE* Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 1 processo *sine die*. Examinado o processo, constatou-se que aguarda decisão em outro feito.
- 1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1° grau, indicador n° 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016, de 38,88% em 2017 e de 36,69% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 39%.
- 1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1°-1-2019 até 14-6-2019) (fonte: e-Gestão)

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	25
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	23
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	4



 Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	1
	Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência	72

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO		Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	

- **1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** Existem 406 processos em fase de execução, assim discriminados:
- a) 193 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 6 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 207 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2019 até 14-6-2019.



No ano 2018, até dia 14-6 havia 380 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 238 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 5 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 137 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1° grau, indicador n° 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016, de 68,91% em 2017 e de 64,28% em 2018. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 é de 59%.

- **1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 14-6-2019, existem 5 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 17-6-2019 havia 9 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 4 processos;
- b) procedimento ordinário: 2 processos;
- c) inquirição de testemunha (juízo deprecado): 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010138/19, 0010175, 0010176/19, 0010177/19, 0010178/19, 0010179/19, 0010156/19, 0010162/19 e 0010181/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos 0010214/18, 0010164/19, 0010162/19, 0010156/19, 0010148/19, 0010126/19, 0010107/19, 0010083/19, 0010070/19, 0010063/19, 0010243/18, 0010346/18, 0010347/18, 0010175/18, 0010175/18, 0010429/18, 0010472/18, 0010498/18, 0010488/18, 0010503/18, 0010193/19, 0010098/19, 0010023/18, 0010394/17, 0010414/16, 0010546/16, 0010105/18, 0010134/18, 0010110/18, 0010203/18, 0010220/18, 0010249/18, 0010215/18, 0010218/18, 0010308/18, 0010344/18, 0010136/19, 0010524/18, 0010034/19, 0010144/19, 0010017/19, 0010145/19, 0010477/18, 0010096/19, 0010154/19, 0010047/19, 0010368/18, 0010323/18, 0010104/14, 0010550/13, 0010173/17, 0010580/14, 000055/10, 0010258/18, 0010098/15, 0010548/17, 0010145/18, 0010283/18, 0010104/18, 0001180/10,



0010464/18, 0010005/19, 0010004/19, 0010121/19, 0010010/18, 0010206/18, 0010078/19, 0010378/18, 0010099/19, 0010127/19 e 0010717/17.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** — Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação.

Examinados os autos do processo 0010138/19 constatou-se que encontra-se na pauta para audiência no dia de hoje às 13h30min.

- **2.3.** AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil pública em tramitação.
- **2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

110001	reduced an bee	ara arab corrier	
	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	18	17	8
Procedimento Ordinário	47	23	12
Instrução processo eletrônico	62	43	47

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	Dioponitonic	adde de l'adda	
	2017	2018	2019
Procedimento sumaríssimo	13 dias corridos	13 dias úteis	27-6-2019 - 7 dias úteis
Procedimento Ordinário	14 dias corridos	15 dias úteis	27-6-2019 - 7 dias úteis
Instrução	57 dias corridos	35 dias úteis	7-8-2019 - 36 dias úteis



PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2019 até 14-6-2019).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença – procedimento sumaríssimo (item 90271)	92	41
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	75	67

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – procedimento sumaríssimo (item 90359)	20	59
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	39	211



3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	27	584
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	0

No ano 2018, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2018	Média/dia útil
Julgados procedentes	16	0,07
Julgados procedentes em parte	109	0,49
Julgados improcedentes	45	0,20
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	172	0,77
Extintos sem resolução de mérito	39	0,17
Arquivamento	64	0,29

42	0,19
1	0,004
146	0,65
318	1,42
63	0,28
29	0,13
410	1,8
	1 146 318 63 29

### 4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em maio de 2019, com 22 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	7	0,32
Conciliação em execução	2	0,09
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial	13	0,59
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução	16	0,73
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	13	0,59
Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	51	2,3



No mês de maio de 2019, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 17 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 5 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 12 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 9 horas e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional de terça-feira a quinta-feira e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.

Declara o magistrado quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 250 despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos				
	2017	2018		
Processos recebidos	662	498		
Média por dia útil	3	2,3		
Processos remanescentes do ano anterior	137	75		
Sentenças anuladas	5	2		
Total de processos para solução	804	575		
Processos solucionados	735	549		
Processos conciliados	335	231		
Produção	91,42%	95,48%		



Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 24,77% em relação ao número de processos recebidos no ano 2017. Quanto à produção, verificou-se que em 2018 houve um aumento de 4,06%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST)** – instituído no âmbito do TRT da 3ª Região por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, o Índice Nacional de Gestão de Desempenho (IGEST), que substitui o MGD, é um indicador que foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do CSJT com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País e busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível e se alinha às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT da 3ª Região. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

#### MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2019 até 14-6-2019)

1) Indicador Taxa de Conciliação (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	174

 Indicador Taxa de Solução (108): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	170

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	78
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	29



#### MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1°-1-2019 até 14-6-2019)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento		e de	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	73	
Baixados Conhecime	na nto	Fase	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	194

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	379
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	75

#### MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2019 até 14-6-2019)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	194
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	72
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

 Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	73
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	379
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10



Indicadores / Período de referência		Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018	1° trim 2019 01/04/2018 a 31/03/2019	
	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,00	0,29	
	102 - Pendentes	502	477	
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	
	104 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	45,63	44,14	
Indicadores	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	94,97	99,32	
	106 - Prazo médio na execução (em dias)	1.600,68	1.403,72	
	I07 - Taxa de conciliação (%)	42,08	43,98	
	I08 - Taxa de solução (%)	109,80	106,51	
	I13 - Taxa de execução (%)	162,98	113,16	
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	15,77	12,24	
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	54,56	57,49	
	III - Produtividade por servidor	82,70	82,30	
	I12 - Pendentes por servidor	46,80	45,20	
	Acervo	0,05	0,08	
	Celeridade	0,23	0,22	
Meso	Produtividade	0,56	0,60	
	Congestionamento processual	0,28	0,30	
	Força de trabalho	0,52	0,52	
Macro	IGEST	0,3285	0,3428	
	Posição IGEST	18	21	
	Movimentação processual	0501 a 0750	0501 a 0750	

### 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$231.403,78	R\$6.888,76



- 7. PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2013, que autoriza os servidores a assinarem guias e a 2/2014, que indica servidora para atuar como oficial de justiça.
- **8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações.

#### 10. RECOMENDAÇÕES:

#### 10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais foram entregues à Secretária da Vara nesta data. Também foram entregues as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

#### 10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

Não há recomendação específica para esta Unidade Organizacional.

### 10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2018:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

#### 11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

Em 2018, quando a Meta era "julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período" esta unidade organizacional atingiu o percentual de



116,67% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 140,18%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 107,64% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 114,79%.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT**: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1° e 2° graus.

Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,92%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 103,57%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 108,70% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,57%.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;

Em 2018, quando a Meta era "aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp)", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 101,03% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 84,01%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 46,40% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,94%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2018, quando a Meta era "baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 83,53%, do valor da meta estipulado para o ano de 2018, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 115%, considerando os valores apurados no sistema de lançamentos de metas nacionais do CNJ e no SIGEST/CSJT.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 89,33% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 105,28%.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT**: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.



Em 2018, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau", esta unidade organizacional não teve processo para esta Meta. O resultado deste Regional no 97,69%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o percentual alcançado foi de 102,04% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,88%.

**Meta 5 CSJT**: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2018, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%)", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 46 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 217 dias. Observa-se que a meta em 2018 era de 147 dias. Assim, o percentual cumprimento da Meta foi de 31,04%, tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 147,64%.

No ano 2019, até o dia 31-5-2019, o tempo médio alcançado foi de 50 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 230 dias.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP n° 7, de 3-10-2013.
- 14. OBSERVAÇÕES FINAIS A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores



do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 14h30min do dia dezessete de junho de 2019, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior \_\_\_\_\_\_\_\_, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Jânio Júlio Fernandes e José Múcio Antônio Lambertucci.

Rogério Valle Ferreira Desembargador Corregedor do TRT/3ª Região

> Luiz Cláudio dos Santos Viana Juiz do Trabalho Titular da Vara

Rita Marigo Ornellas Secretária da Vara do Trabalho